

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS MACEIÓ  
POLO PALMEIRA DOS ÍNDIOS  
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA DIOMAR DOS SANTOS

**CORPO E APRENDIZAGEM: OS ENTRAVES DA INDISCIPLINA ESCOLAR**

Palmeira dos Índios

2022

MARIA DIOMAR DOS SANTOS

**CORPO E APRENDIZAGEM: OS ENTRAVES DA INDISCIPLINA ESCOLAR**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas – campus Maceió, como parte das exigências do Curso de Graduação em Pedagogia para a obtenção do título de graduação em pedagogia.

Orientador: Professor Dr. Walter Matias Lima

Palmeira dos Índios

2022

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Lucia Lima do Nascimento – CRB-4 – 1537

S586c Santos, Maria Diomar dos.

Corpo e aprendizagem: os entraves da indisciplina escolar / Maria Diomar dos Santos. – Maceió, 2022.

18 f.

Orientador: Walter Matias

Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia : Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação, Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 18.

1.Aprendizagem. 2.Corpo. 2. Disciplina. I. Título.

CDU: 371.13

MARIA DIOMAR DOS SANTOS

**CORPO E APRENDIZAGEM: OS ENTRAVES DA INDISCIPLINA ESCOLAR**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

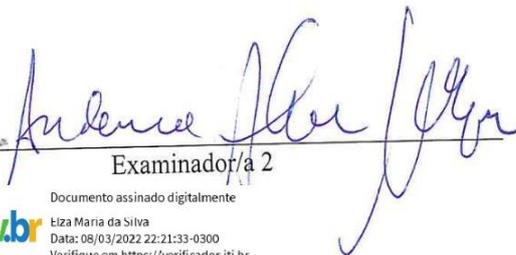
Orientador(a): **Prof. Dr. Walter Matias Lima**

Artigo Científico defendido e aprovado em: 24/02/2022.

**Comissão Examinadora**



Examinador/a 1 – Orientador



Examinador/a 2

Documento assinado digitalmente  
Eiza Maria da Silva  
Data: 08/03/2022 22:21:33-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Examinador/a 3

Maceió-AL  
2022

## CORPO E APRENDIZAGEM: OS ENTRAVES DA INDISCIPLINA ESCOLAR

Maria Diomar dos Santos

**RESUMO:** Este trabalho pretende problematizar a relação corpo e aprendizagem, considerando a indisciplina escolar como um dos grandes desafios do processo ensino-aprendizagem, investigaremos se existe uma relação de negação do corpo como local de aprendizagem em detrimento da criação de um saber disciplinar, cerceador e limitador dos processos educativos através das expressões corporais. Dessa forma, o grande objetivo deste trabalho será analisar o corpo e sua relação com o espaço escolar. Isto quer dizer, compreender a disciplina como mecanismo de dominação, coerção e controle sobre o corpo, e a indisciplina como transgressão da ordem e dos regulamentos de poder. Bem como, o espaço escolar como regulador do corpo-sujeito, local do arbitrário cultural que molda os corpos dos indivíduos. Fundamentaremos nossa pesquisa na obra clássica de Michel Foucault, **Vigiar e Punir** (1987), buscando compreender nesta obra a originalidade do debate a cerca da relação entre corpo e disciplina. Metodologicamente, abordaremos nosso objeto de pesquisa a partir de uma análise bibliográfica dos conteúdos já mencionados, através de uma revisão textual. Este artigo visa assinalar que a escola como marco regulatório cria nos corpos dos indivíduos uma docilidade útil que tem como finalidade última tornar os sujeitos disciplinados e aptos ao regramento social, considerando tudo aquilo que é expressão corporal transgressão e impedindo que o corpo seja compreendido como local de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Corpo. Aprendizagem. Disciplina-Indisciplina.

**ABSTRACT:** This work intends to problematize the relationship between body and learning, considering school indiscipline as one of the great challenges of the teaching-learning process, we will investigate if there is a relation of denial of the body as a place of learning to the detriment of the creation of a disciplinary, restraining and limiting knowledge of educational processes through bodily expressions. Thus, the main objective of this work will be to analyze the body and its relationship with the school space. That is, understanding discipline as a mechanism of domination, coercion and control over the body, and indiscipline as a transgression of order and power regulations. As well as, the school space as a regulator of the subject-body, place of the cultural arbitrary that shapes the bodies of individuals. We will base our research on the classic work of Michel Foucault, **Discipline and Punish** (1987), seeking to understand in this work the originality of the debate about the relationship between body and discipline. Methodologically, we will approach our research object from a bibliographic analysis of the aforementioned contents, through a textual review. This article aims to point out that the school as a regulatory framework creates in the bodies of individuals a useful docility whose ultimate purpose is to make subjects disciplined and fit for social regulation, considering everything that is bodily expression transgression and preventing the body from being understood as a place of learning.

**Key-words:** Body. Learning. Discipline-Indiscipline.

## Considerações iniciais

Partindo do tema escolhido **Corpo e aprendizagem: os entraves da indisciplina escolar**, sentimos a necessidade de um estudo voltado para entender como a indisciplina escolar pode estar relacionada a negação do corpo no espaço escolar, e assim, afetar a aprendizagem da criança, pois as expressões corporais da criança são fundamentais para que a espontaneidade, a criatividade e a aprendizagem possam se manifestar. E nesse sentido, compreender que a indisciplina no ambiente escolar advém de mecanismo regulatório e de poder que o corpo está exposto constantemente, um controle sobre e no corpo do educando. Estes mecanismos dos quais o corpo tentar se rebelar são fundamentais para entendermos o problema da indisciplina no espaço escolar. Pois, a indisciplina contraria toda essa mecânica de poder, fazendo com que o corpo seja percebido e reafirmando enquanto sujeito.

Propomos analisar como a disciplina, enquanto relação de poder, tem por objetivo não só controlar essas expressões corporais como os movimentos, gestos, habilidades e comportamentos, mas sobretudo, a economia e eficácia desses elementos. Assim, o que se pressupõe, é que a função da disciplina é tornar o corpo dócil e útil através do controle incessante do corpo a partir do mecanismo coercitivo de dominação.

Dessa maneira, na perspectiva do corpo ausente, de corporização, este trabalho consiste em apresentar como a concepção de negação do corpo pode acarretar ou desencadear a indisciplina no espaço escolar, e assim, comprometer o ensino-aprendizagem. Contudo, o que se compreende é que, o corpo, como lugar de aprendizagem, é fundamental para o entendimento sobre o mundo e essencial na produção de conhecimento.

No entanto, percebe-se que no espaço escolar, muitas vezes são considerados, os bons alunos aqueles que ficam sentados e em silêncio, que expressam passividade e estão submissos a ordem escolar e, portanto, aqueles que fogem desta regra são considerados desobedientes, indisciplinados. Todavia, devemos supor que, nos primeiros anos da educação escolar, a espontaneidade e movimento é uma característica da criança, e, conseqüentemente, a necessidade de movimentar-se é uma condição inerente à criança.

Neste sentido, a presente trabalho tem como finalidade analisar o corpo e seus reflexos no âmbito escolar. Para isso, faz-se necessário analisar a disciplina como mecanismo de dominação, coerção e controle sobre o corpo, e a indisciplina escolar como transgressão da ordem e das leis regulatória de poder. E, analisar o espaço escolar como

local regulador do corpo-sujeito, local onde a inscrição do arbitrário cultural dominante da ordem escolar se estabelece como uma construção social sobre o corpo do indivíduo.

Para a fundamentação teórica de nosso trabalho, utilizaremos os seguintes autores. Primeiramente, Michel Foucault em sua obra **Vigiar e Punir**, pois neste trabalho está contido o cerne dos conceitos de disciplina, corpos dóceis e úteis. Em um segundo momento, Izabel Galvão na sua obra **Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não**, texto que abordará a temática da contenção motora, imobilidade e seu vínculo com a aprendizagem. Assim como, dos autores Diana Milstein & Héctor Mendes, na obra **Escola, corpo e cotidiano escolar**, pois ali os autores discorrem sobre a temática da divisão pedagógica dualista psicofísica mente-corpo.

Com o fito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, utilizaremos uma abordagem metodologia qualitativa, fundamentada numa revisão bibliográfica dos autores propostos, assim, como também, de autores secundários que tem como norte teórico a pesquisa dos temas relacionados ao nosso problema de estudo.

Este trabalho será desenvolvido em 4 momentos que se complementarão, a saber: Primeiramente, analisaremos as relações entre o conceito de disciplina escolar e os mecanismos de controle sobre o corpo. No segundo, momento trataremos sobre a relação entre o corpo e a indisciplina escolar. No terceiro momento, assinalaremos como o corpo pode ser lugar de aprendizagem. E, por fim, faremos nossas considerações finais.

## **1 A disciplina escolar como relação de controle sobre o corpo**

Tentar fazer uma análise sobre a indisciplina no espaço escolar e suas consequências para a aprendizagem requer antes de tudo, compreender como se estabelece o conceito de disciplina e como este está relacionado ao controle como relação de poder. Assim, partindo dessa perspectiva, Foucault analisa a disciplina e como esta está relacionada ao controle, a docilidade e utilização do corpo. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado, aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Do mesmo modo, segundo Foucault a disciplina se estabelece a partir de um controle incessante sobre o corpo indivíduo, sobre seus movimentos, gestos e comportamento. Um controle ininterrupto, constante, e que é exercido de maneira coercitiva. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de

docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Contudo, segundo o autor, a disciplina tem por objetivo não só controlar os movimentos, gestos e comportamento, mas sobretudo, a economia e eficácia desses elementos. Assim, o que se pressupõe, segundo Foucault é que, a função da disciplina é tornar o corpo dócil e útil através do controle incessante do corpo a partir do mecanismo coercitivo que é a disciplina.

Assim, para o autor, o corpo tem uma relação direta no campo da política, pois segundo ele, as relações de poder se estabelecem sobre o corpo através de uma “economia política” do corpo, o qual é compreendido como força de trabalho.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo as relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1987, p. 25).

Assim sendo, o corpo nada mais é que um mecanismo de força de trabalho, meio de dominação do sistema capitalista sobre o sujeito.

Segundo Foucault, a disciplina é compreendida como mecanismo de manipulação, dominação, coerção sobre o corpo, exercendo uma relação de poder se este for útil e dócil. Útil no sentido econômico, aumentando sua força de trabalho, e dócil, no sentido político, diminuindo estas mesmas forças. Ou seja, aumenta sua utilidade, sua capacidade produtiva e diminui sua potencialidade (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Por conseguinte, a disciplina é um mecanismo de controle e dominação sobre o corpo do indivíduo e sua força de trabalho, tornando-o útil e dócil a medida das necessidades do sistema capitalista.

Partindo dessa perspectiva, para Foucault, as instituições escolares são compreendidas como um local de controle, onde o corpo é docilizado de acordo com o modelo de sistema dominante. A escola constitui um espaço adequado para disciplinamento do sujeito, um espaço onde o aluno tem seus movimentos, gestos e comportamentos, controlado e vigiado através da disciplina. Esse mecanismo de

dominação sobre o corpo do sujeito se deu desde de muito cedo nas escolas primárias do século XVII e XVIII (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Grosso modo, a escola enquanto mecanismo de controle, através da disciplina, exerce sobre o corpo do educando uma relação de poder, pois quanto mais dócil e útil for o corpo, mais dominada será sua força de trabalho.

Contudo, o exercício da disciplina exige que o espaço escolar seja adequado, pois a distribuição dos indivíduos será necessária para o controle ininterrupto e coercitivo. Nesse sentido, a escola precisa ser um espaço apropriado e dividido para evitar qualquer tipo de desordem e indisciplina, como veremos a seguir:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tente a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como se encontra os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 1987, p.123).

Assim, o que se compreende é que, as instituições disciplinares, como as escolas, têm a necessidade de vigiar, controlar, bem como, também criar um espaço útil para a dominação do corpo e dessa força de trabalho.

Por conseguinte, segundo o autor, os lugares e as filas no espaço escola são necessários para garantir o controle, a vigilância, facilitando assim, a obediência do aluno, a economia do tempo e dos gestos. Ou seja, no espaço escolar, os movimentos, os gestos, características inerentes dos sujeitos, são controlados para melhor economia do tempo, controle, utilidade e docilidade do corpo (FOUCAULT, 1987).

Nesse sentido, o tempo tem uma relevância fundamental no controle do corpo, um corpo disciplinado, dentro de um tempo supostamente útil terá melhor resultado na aplicação dos resultados. Assim, todo o comportamento, todo movimento do corpo do aluno é controlado pelo tempo, como se verifica no trecho a seguir:

Define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma

duração; é prescrita sua ordem de sucessões. O tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder (FOUCAULT, 1987, p. 129).

Isto posto, se pressupõe que no espaço escolar o tempo é primordial para que o processo de aprendizagem se dê de forma rápida, eficaz e útil, e assim facilitar a sua economia, característica essencial para o controle e a docilidade do corpo. Do mesmo modo, minimizar o tempo e acelerar o processo de aprendizagem favorecia o mecanismo de relação de poder sobre o corpo do aluno (FOUCAULT, 1987, p. 131).

Foucault analisa a disciplina como mecanismo de controle sobre o corpo e sobre as forças do indivíduo, e assim, através da sua utilidade capitalizar o tempo. Então, pressupõe-se que a disciplina compreendida como mecanismo de controle do comportamento, dos gestos do indivíduo, através da decomposição e recomposição o tempo das atividades, contribuía para um comportamento útil e dócil do educando (FOUCAULT, 1987, p. 133).

Destarte, o tempo disciplinar será imposto lentamente nas práticas pedagógicas, como um tempo sequencial, onde a formação será definida de acordo com as etapas ou estágio que o aluno supostamente concluirá de maneira rápida e eficaz, como será assinalado a seguir:

Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica – especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorrem essas séries (FOUCAULT, 1987, p. 135).

Portanto, em vista do que ficou anotado, podemos assinalar que o tempo no espaço escolar é fundamental para que o controle disciplinar sobre o comportamento, as atividades, a força de trabalho e, conseqüentemente sobre o corpo do educando, para que este se dê de forma efetiva e satisfatória, possibilitando assim, a sua utilização e eficácia (FOUCAULT, 1987, p. 136).

## **2 Corpo e indisciplina escolar**

Nesta seção, analisaremos a questão da indisciplina no espaço escolar e como essa se articula e se desenvolve em meio ao controle e mecanismos regulatórios constante.

Outrossim, como a indisciplina é analisada e está relacionada a negação do corpo no espaço escolar.

Nesse interim, como ficou assinalado na seção anterior, o corpo é compreendido como uma força de trabalho e só terá utilidade se for produtivo e submisso (FOUCAULT, 1987, p.26). Logo, o corpo para ser produtivo e servir como força de trabalho ao sistema deverá ser docilizado, negado na sua essência.

Tendo isto em vista, é possível pensar que o motivo da indisciplina no ambiente escolar advém deste mecanismo regulatório que o corpo está exposto constantemente, um controle sobre e no corpo do educando, do qual o corpo tentar se rebelar. Segundo Arroyo, em sua obra **Corpo-infância: exercícios tensos de ser crianças: por outras pedagogias dos corpos** (2012), a indisciplina seria as indignidades que o corpo vem sofrendo no espaço escolar, pois é através da indisciplina que o corpo possivelmente se reconheça ou se afirme como humanos (ARROYO, 2012). “Ver nas indisciplinas e até nas violências reações a ser tratados como sub-humanos é um sinal de que se reconhecem do direito de ser tratado como humanos. Um sinal de humanidade” (ARROYO, 2012, p. 31).

Este ponto, em específico, da indisciplina, traz-nos o questionamento da negação do corpo inserido numa relação de poder, no qual o espaço escolar é cenário perfeito dessa relação, pois como ficou compreendido na seção anterior, a escola enquanto mecanismo de controle, através da disciplina, exerce sobre o corpo do indivíduo uma relação de poder, pois quanto mais dócil e útil for o corpo, mais dominada será sua força de trabalho. Contudo, a indisciplina contraria toda essa mecânica de poder, fazendo com que o corpo seja percebido, reafirmando enquanto sujeito e não como força de trabalho.

Deste modo, o que se percebe é que a indisciplina enquanto mecanismo de reafirmação do corpo dos indivíduos, contraria qualquer forma de controle e submissão, indo de encontro a toda relação de poder que o corpo é submetido no espaço escolar, pois a escola serve como local regulatório, que subjuga e dociliza o corpo dos indivíduos.

No entanto, a indisciplina no espaço escolar não é compreendida como reafirmação do corpo, mas como desordem e transgressão das leis nas quais os indivíduos são submetidos regularmente. Com efeito, a indisciplina é caracterizada como transgressão da ordem e das leis regulatória de poder (ARROYO, 2012).

Por sua vez, Izabel Galvão, no texto **Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não** (2004), posiciona-se quanto a negação do corpo no espaço escolar e, como essa negação afeta diretamente a aprendizagem, pois o espaço escolar não permite o movimento espontâneo da criança, impondo uma uniformidade de comportamento, um

controle das atividades simultânea e de atividades diferenciadas que favorecem a espontaneidade da criança.

Assim, a escola é um espaço de controle e exigência constante do comportamento e movimentos da criança. No entanto, a autora aborda que, apesar das atividades a serem trabalhadas em sala de aula estarem de acordo com a realidade da criança, privilegiando temas universais de seu cotidiano, a imobilidade, ainda assim, é exigida desses indivíduos. “A prescrição de imobilidade e concentração vem implícita em todas as propostas de atividades feitas pela professora” (GALVÃO, 2004, p. 54). Portanto, o que se pressupõe, para Galvão (2004), é que o movimento é considerado uma transgressão, uma desordem e que deveria ter punição.

Nesta perspectiva, para Galvão, as práticas em sala de aula por parte dos professores são voltadas para reprimir o movimento, ou qualquer tipo de comportamento do aluno, que não tem permissão para expressar sua espontaneidade, pois podem ser vistos como alunos indisciplinados, gerando conflitos que não produzem mudanças e não são construtivos, mas somente produzem um clima de tensão entre professores e alunos. Desta forma, o espaço escolar é compreendido como um espaço apropriado e dividido para evitar qualquer tipo de desordem e indisciplina, e assim, possibilitar a ideia de aprendizagem.

[...] as atividades de sala de aula vinham sempre vinculadas às exigências de **contenção motora**, foco primeiro dos conflitos entre professor e aluno. A análise do conteúdo das reprimendas verbais e do contexto em que se verificam sugere que a intensa cobrança de **atenção concentrada** e **imobilidade** baseiam-se na ideia de que delas depende a **aprendizagem** (GALVÃO, 2004, p. 68, grifo nosso)

À vista disso, supõe-se que a tensão e os conflitos existentes são expressos pela negação do corpo, como local de aprendizagem no espaço escolar e que somente o corpo imóvel e a atenção garantiam a aprendizagem, e qualquer forma de expressão corporal e/ou movimento era tido como transgressão e indisciplina, não favorecendo a aprendizagem.

Galvão (2004) aborda a questão das práticas dos professores em sempre querer conter qualquer forma de movimento do aluno, enquanto que o aluno sempre encontra uma maneira de escapar do controle excessivo dos professores, proporcionando a incidência de conflitos e com isso um ambiente de tensão contínua. Assim, o que se percebe é que o controle excessivo da espontaneidade dos movimentos da criança, a

negação do corpo no ambiente escolar, favorece a impulsividade e conseqüentemente a indisciplina escolar.

Na mesma perspectiva, Márcio Figueiredo, em seu texto **A corporeidade na escola: brincadeiras, jogos e desenhos** (2009), compreende que o ambiente escolar em sua construção tradicional é regulador, “imobilizador e disciplinador do corpo, focado na imposição da disciplina, do silêncio, aprisiona as corporeidades e, com isto, a espontaneidade e a criatividade da criança” (FIGUEIREDO, 2009, p. 7). A escola, para o autor, é um espaço de disciplinamento e controle do corpo e que tem como objetivo conter a espontaneidade da criança, racionalizando seus movimentos, enfatizando a produção de comportamentos padronizados. Assim, é possível pensar que a sala de aula seja o espaço de controle da corporeidade e movimento da criança.

Para Figueiredo, a escola representa um marco regulatório que inscreve nos corpos a docilidade e socializam os indivíduos através de mecanismos disciplinares. Esses mecanismos representam a adequação do indivíduo ao grupo de sujeitos “normais” e escolarizados. Nesse sentido, a escola enquanto instituição que molda o indivíduo a ordem escolar, tornando-os sujeitos passivos e submissos, desconsidera o corpo que aprende, criando-se um corpo passivo, um corpo dócil. E com o tempo, cada um aprende a desconsiderar o próprio corpo, as relações com os demais saberes socialmente construídos através do corpo e as múltiplas possibilidades de movimentos, como o autor assinala no seguinte trecho:

Essa passividade se expressa, regularmente, também a nível corporal. É com o corpo que entramos em contato com o mundo, o experienciamos, conhecemos seus detalhes, possibilidades e limites. A escola, por meio do cerceamento das ações corporais e espontâneas e do desenvolvimento de atividades repetidas e rotineiras. Busca o disciplinamento e controle, impondo pensamentos, ritmos, posturas e movimentos padronizados (FIGUEIREDO, 2009, p. 20-21).

Por conseguinte, a escola corporiza o sujeito (nega que o corpo é local de aprendizagem), na medida em que não inclui os conhecimentos que os aluno adquirem através do corpo, como parte integrante das aulas e/ou, quando os movimentos são permitidos, acabam provocando “catarse” através de empurrões, gritaria exacerbada, avidez por todo tipo de expressão - reforçando a ideia do quanto o movimento corporal atrapalha o trabalho desenvolvido pela escola, dificultando assim a aprendizagem e favorecendo a indisciplina no ambiente escolar (FIGUEIREDO, 2009).

Portanto, do que ficou assinalado a partir dos autores que trouxemos a baila, a escola, como local que corporiza os indivíduos, nega seus corpos como local de aprendizagem, impedindo com que o espaço escolar aprenda com o corpo destes sujeitos.

Na seção seguinte buscaremos compreender melhor como o corpo pode ser local de aprendizagem.

### 3 Corpo: local de aprendizagem

Pensar o corpo no cotidiano escolar, ou seja, naquilo que é habitual, presente na vivência do dia a dia é pensar o ser humano em suas implicações cognitivas, sensitivas e afetivas. Tendo como norteador deste processo a escolarização e a aprendizagem.

Diana Milstein & Héctor Mendes, em **Escola, corpo e cotidiano escolar** (2010), apresentam um olhar sobre o corpo, no processo de escolarização e de aprendizagem, partindo do pressuposto que o corpo-sujeito é social e historicamente produzido “ao transformar a natureza, o homem se transforma a si mesmo. O corpo do homem é a autoprodução do homem como natureza humanizada. O corpo humano é resultado da sociedade e da história” (MILSTEIN; MENDES, 2010, p.14). Isto posto, o que se compreende então é que, à medida que o sujeito-corpo transforma a natureza ele transforma a si mesmo, o homem necessariamente se constrói enquanto sujeito consciente da sua participação no processo transformador da sociedade (MILSTEIN; MENDES, 2010).

Segundo os autores, o corpo ausente, ou corpo negado, como se pense interpretar, é compreendido como algo natural numa sociedade de dominação, como é a sociedade capitalista, pois naturalizando a ausência do corpo, tem-se aí uma dominação mais eficaz sobre ele. Ou uma subordinação, docilização do corpo numa visão naturalizada. E assim, corporizam toda forma de expressão corporal como movimentos, gestos, habilidades, sentimentos dentre outras. Ou seja:

O processo de corporização e aquilo que se corporiza fica globalmente ‘esquecido’ enquanto as disposições se naturalizam, ainda que aspectos fragmentários do inscrito se vincule, de forma constante, com a linguagem e as representações (MILSTEIN; MENDES, 2010, p. 14).

Nessa mesma perspectiva, está a concepção de tempo e espaço entendido como mecanismo de corporização, pois segundo Foucault, o espaço-tempo no espaço escolar é fundamental para que o controle disciplinar sobre o corpo do educando se dê de forma

efetiva e satisfatória, possibilitando assim, a sua docilização e utilização (FOUCAULT, 1987, p. 136).

Do mesmo modo, pressupõe-se que a prática escolar se constitui num espaço-tempo instituído pelo processo de escolarização, atuando de maneira naturalizada no comportamento dos corpos-sujeitos. Portanto, o espaço escolar é o espaço-tempo apropriado para a corporização do educando, o espaço onde a reprodução do arbitrário cultural dominante se legitima:

Tempo e espaço são construções sociais que materializam práticas e relações sociais como parte da reprodução do arbitrário cultural dominante. Assim, são vividas como naturais, já que em grande parte os sentidos espaço-temporais inscrevem-se nos gestos, nas posturas, nos deslocamentos e nos demais movimentos corporais. Por isso, a regulação do tempo e do espaço em práticas específicas – embora já aprendida - ao se corporizar como disposições duradouras, e vividas em muitos casos como parte constitutiva dos sujeitos (Milstein; Mendes, 2010, p. 15).

Nesse sentido, corpo do conhecimento no cotidiano é lugar de inscrição do arbitrário cultural escolar dominante, ou seja, o corpo dos indivíduos são afetados pelo controle do espaço-tempo escolar onde os sujeitos logo na primeira infância são submetidos a uma série de controles que tomados como legítimos são sustentados como critérios necessários aos processos de aprendizagem. A regulação dos corpos também se institucionaliza através da aprendizagem da paciência. A inscrição paciente marca no corpo infante uma experiência nova, qual seja, a de saber agir somente dentro dos limites espaço-temporais. É dentro desses limites que as experiências vão sendo interiorizadas. Deste modo, a ordem sobre os corpos se caracteriza na regulação entre o que se ensina e o que se aprende, no controle dos espaços e dos tempos, nos limites físicos ou simbólicos. Assim, pensar o corpo dentro do ambiente escolar, é também pensar a escola como um espaço social simbólico. E a escolarização como um acordo entre o obrigatório e o voluntário (MILSTEIN; MENDES, 2010).

Nesta mesma esteira, para Arroyo, herdamos uma tradição de separação de corpo e mente, onde a mente é valorizada e o corpo ignorado ou subjugado “já disse que somos herdeiros de uma tradição que cultua o espírito e ignora e até submete o corpo” (ARROYO, 2012, p. 33). Nesse sentido, para o autor essa pedagogia dualista mente versus corpo está enraizada na organização escolar.

No mesmo contexto, Louro compreende a educação escolar, o desenvolvimento do corpo e identidade dentro de uma perspectiva da tradição dualista do corpo. Ou seja, o corpo numa perspectiva da natureza e o corpo numa perspectiva da cultura.

Assim, para Louro, o corpo é identificado no âmbito da natureza e negado no âmbito da cultura, destacando-se a questão da separação corpo e mente no espaço escolar, ficando deste modo o corpo fora do ambiente. Nesse sentido, corpo é negado em todas as áreas de conhecimento ou disciplinas, com exceção da disciplina de Educação física, pois, somente nesta área o corpo está em evidência.

Segundo Louro, somente a disciplina de Educação física “faz do corpo e de seu adestramento o foco central do seu agir, enquanto todas as outras áreas ou disciplina parece produzir seu ‘corpo de conhecimento’ sem o corpo” (LOURO, 2000). Nesse sentido, todos os processos de escolarização estão preocupados com o controle do corpo, em vigiar, corrigir, modelar os corpos e não produzir conhecimento através do corpo. Assim, é pressuposto que o corpo é negado no processo ensino-aprendizagem. E, portanto, no campo da educação, corpo e mente estão estritamente separados.

Desta forma, é possível compreender na história do pensamento moderno, que existe um privilégio ao espírito em detrimento do corpo, logo o ensino-aprendizagem estão focados em processos puramente racionais. Somente dados intelectivos se justificam no ambiente escolar. O corpo é relegado à segunda evidência, tornado lugar não habitado, sendo buscado somente em esparsos momentos. Assim, o pensamento escolar se restringe ao âmbito de nossas cabeças distanciando-se do mundo do sensível da corporeidade (LOURO, 2000).

Contudo, autores como Milstein & Mendes, discordam dessa tradição que visa a mente em detrimento do corpo, aceitando-se a ideia (que não é dos autores mencionados) de que a “aprendizagem não é somente um processo cognitivo, mas também somático” (MILSTEIN; MENDES, 2010, p. 18).

Podemos, retomando a etimologia do termo *Soma* como o corpo em oposição à alma, pensar a escolarização também como algo a ser inscrito no corpo. Aceitar que o corpo aprende, é superar o dualismo psicofísico corpo-alma, que compreendia o corpo como o local do afetivo, do emocional e do interior. Entretanto, o corpo da aprendizagem representa o local do conhecimento, sendo: intelectualivo, cognitivo e social. Assim, é possível dizer que a aprendizagem é um processo do corpo (MILSTEIN; MENDES, 2010, p. 18).

Consequentemente, segundo os autores, partindo da relação corpo-saúde, compreende-se que a psicomotricidade tentou superar o dualismo psicofísico do corpo-alma cartesiano, procedendo também de uma abordagem dualista, que se fundamenta na ação, enquanto movimento, percepções e afetos, necessários para o desenvolvimento cognitivo e a inteligência. Portanto, a relação entre ação e inteligência seria fundamental para compreender o corpo como local de aprendizagem, como veremos a seguir:

Essa concepção, também dualista enquanto divide o sujeito, mudou seu vínculo estrito com aspecto da saúde. Ainda que esse traço continue sendo levado em conta, o fundamental é a relação entre corpo e as aprendizagens cognitivas, entendendo a educação do corpo como um facilitador para introduzir o sujeito nos conhecimentos que requerem graus de abstração (MILSTEIN; MENDES, 2010, p.17)

Então, o pensamento, as emoções, os afetos, a ação e os movimentos são elementos que colocam o corpo como local de aprendizagem. Todavia, há uma discordância entre a abordagem pedagógica corpo-aprendizagem-cognitiva e a abordagem corpo-saúde, pois para esta o corpo é compreendido somente enquanto suporte para as capacidades mentais e proteção do físico, sendo, portanto, a corporeidade do sujeito regulada e reprimida (MILSTEIN; MENDES, 2010, p. 17).

Já a abordagem pedagógica da comunicação, também dualista, pressupõe ter o corpo como local de aprendizagem, pois o corpo é compreendido como lugar de expressão, como uma linguagem. Segundo os autores, o corpo como forma de interioridade-exterioridade comunica seus afetos, emoções e comportamento. “Cada indivíduo com seu corpo, mas não separado, estaria comunicado com a exterioridade. E cada corpo seria considerado capaz de mediação entre a interioridade e a exterioridade do sujeito. Duas partes, o indivíduo e a sociedade, o interior e o exterior” (MILSTEIN; MENDES, 2010, p. 17-18).

No entanto, essa abordagem dualista não compreende o corpo como local de aprendizagem, mas somente como corpo material, afetivo, emocional, interior. Pois sendo o corpo lugar de expressão e comunicação, torna possível metodologias e práticas educativas que enquadra o corpo dentro do mecanismo espaço-tempo no ambiente escolar. E assim, faz-se a separação conhecimento e corpo.

Partindo da mesma perspectiva, Carvalho (2004) propõe a discussão sobre qual a relação do corpo no espaço escolar e aponta formas de relacionar corpo e movimento no processo ensino-aprendizagem. Assim, segundo a autora, o primeiro ponto a se destacar é a questão do corpo que, no espaço escolar possui uma relação que se estabelece entre

corpo e movimento como negação, pois a ausência do corpo, ou melhor, o corpo passivo, disciplinado, obediente, traça o perfil de aluno ideal e do processo educacional. O segundo ponto, a se destacar, é o da relação corpo e movimento numa visão funcionalista de educação que relaciona a concepção de movimento com a ideia de prontidão, principalmente no processo de alfabetização, pois envolve a questão da coordenação motora para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Assim, tratando da questão motora, o corpo só é inserido no processo ensino-aprendizagem no sentido de movimento, se o movimento for sinônimo de esporte. Portanto, o corpo é entendido como alheio ao sujeito, só estando em evidência na hora da atividade física.

Por isso, pressupõe-se o corpo sendo relegado à segunda evidência, tornado lugar não habitado, sendo buscado somente em esparsos momentos. Assim, não seria absurdo dizer que a escola faz abstrair o corpo, com o fito e a justificativa de produzir conhecimento científico. Acreditando-se que o corpo dentro da escola está associado ao experimento e não a experiência. Eu aprendo sobre o corpo e não com o corpo (CARVALHO, 2004).

Possivelmente a escola representa um marco regulatório que inscreve nos corpos a docilidade e socializa os indivíduos através de mecanismo disciplinares oriundos da técnica, dentro de um espaço-tempo determinado. Esses mecanismos representam a adequação do indivíduo ao grupo de sujeitos “normais” e escolarizados.

Paralelamente, Dias (1996) aborda a questão do processo de simbolização do corpo, como primeiro instrumento de pensamento da criança no seu diálogo com o mundo e a importância da educação física no processo dessa construção.

Segunda a autora, o ser humano é um ser social geneticamente e, desde modo, é inerente a sua natureza humana-social manter relações sociais e culturais, e esse processo de interação interpessoal e intercultural, se estabelece através do corpo. Para ela, a criança entra no mundo da cultura, por volta do segundo ano de vida e conquista a dimensão simbólica do pensamento através da imaginação em ação, a imaginação que se expressa diretamente pelo corpo na forma de jogo simbólico.

A partir destas reflexões, podemos concluir que a escolarização pode ser traduzida como a educação do corpo, instrumento sensível de compreensão do mundo, de construção de vínculo com outros corpos sensíveis e simbólicos e com o corpo político, histórico e cultural que possibilitará aos homens a construção da pertinência do grupo, da identidade pessoal e coletiva e da cidadania.

## **Considerações finais**

As questões que abordamos neste trabalho foram exatamente o problema da indisciplina no espaço escolar e como este entrave está relacionado ao corpo-sujeito, de que modo ele se articula e se desenvolve em meio ao controle e mecanismos regulatórios constante da disciplina. Assim sendo, como a indisciplina é analisada e está relacionada a negação do corpo no espaço escolar.

Nesse sentido, a partir do que analisamos, podemos dizer que o motivo da indisciplina no ambiente escolar advém deste mecanismo regulatório onde o corpo está exposto constantemente a um controle sobre e no corpo do educando, do qual o corpo tentar se rebelar, se reafirmar. Assim, a indisciplina enquanto mecanismo de reafirmação do corpo do educando, contraria qualquer forma de controle e submissão, indo de encontro a toda relação de poder que o corpo é submetido no espaço escolar, pois a escola serve como local regulatório, que subjuga e dociliza o corpo do educando.

Contudo, a indisciplina no espaço escolar não é compreendida como reafirmação do corpo, mas como desordem e transgressão das leis nas quais os indivíduos são submetidos regularmente. Com efeito, a indisciplina é caracterizada como transgressão da ordem e das leis regulatória de poder.

Tendo isto em vista, em relação a indisciplina, já podemos evidenciar como a negação do corpo está inserido numa relação de poder, no qual o espaço escolar é cenário perfeito dessa relação, pois como ficou expresso no bojo deste trabalho, a escola enquanto mecanismo de controle, através da disciplina, exerce sobre o corpo do educando uma relação de poder, que quanto mais dócil e útil for o corpo, mais dominada será sua força de trabalho. Não obstante, a indisciplina contraria toda essa mecânica de poder, fazendo com que o corpo seja percebido, reafirmando enquanto sujeito e não como força de trabalho.

A escola representa um macro regulatório que inscreve nos corpos a docilidade e socializa os indivíduos através de mecanismo disciplinares oriundos da técnica, dentro de um espaço-tempo determinado. Contudo, o ser humano é um ser social, por natureza, e deste modo, é inerente a sua natureza humana-social manter relações sociais e culturais, e esse processo de interação interpessoal e intercultural, se estabelece através do corpo.

Em suma, nosso trabalho reflete um compreender sobre o corpo como local de aprendizagem, levando em conta a condição em que ele se encontra no ambiente escolar.

Este entendimento se caracteriza pela reinvenção e ressignificação do local do corpo no ambiente escolar e na educação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G; SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo-infância: exercícios tensos de ser crianças; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARVALHO, Rosa Malena. Corporeidade e formação de professores para educação infantil e ensino fundamental. **VIII EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar**. Niterói, 2004.

DIAS, Marina Célia Moraes. Corpo e Construção do Conhecimento: Uma reflexão para Educação Infantil. *In: Revista Paulista Educação Física*, São Paulo, supl. 2, p.13-15, 1996.

FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino. **A corporeidade na escola: brincadeiras, jogos e desenhos**. 6º ed. Pelotas: Editora Universitária – UFPEL, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALVÃO, Izabel. **Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *In: Revista Educação & Realidade*. v. 25, nº 02, Julho, 2000.

MILSTEIN, Diana; MENDES, Héctor. **Escola, corpo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.